



**1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 86.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1.987  
TERÇA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Valderi Mendes Vilela e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, João Arruda, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri e Paulo Furiatti (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata, Senhor Presidente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

(2.ª Chamada nominal).

Trinta e um Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Esta Presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo solicitação do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação).

**Aprovada a Ata.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício:

### OFÍCIO

Sob o n. DTL/111/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 062/87, o qual convertido em Lei tomou o número 8.544. **Anote-se - Arquive-se.**

Telegrama:

### TELEGRAMA

0922.115/  
415206ALEG BR  
415272SSPB BR

AO EXMO. SR.

DEPUTADO ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
CURITIBA/PR.

Tenho honra de convidar Vossencia et demais ilustres Deputados Estaduais integrantes Augusta Assembléia Legislativa Estado solenidade incorporação frota setenta e oito (78) viaturas policia civil Estado vg renovação frota capital et apoio cidades polo vg proximo dia 24vg quinta feira vg 14:00 horas vg em frente Palacio Iguaçu vg sob Presidência Excelentíssimo Governador Álvaro Dias pt  
Cordialmente.

ANTÔNIO LOPES DE NORONHA  
Secretário da Segurança

415206ALEG BR  
415272SSPB BR

**Ao conhecimento da Casa.**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n. 219/87, constante da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões consecutivas do Projeto Lei n. 219/87, de autoria do Poder Executivo, para que o Executivo informe a este Poder sobre o montante da Dívida Interna e Externa que o Estado do Paraná possui, a ser esclarecida em Requerimento a ser votado na Sessão de hoje, deste Parlamentar, e possa assim este Poder votar com conhecimento de causa o citado projeto, que elevará a Dívida Interna do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações à Escola Tia Paula pelo 1º lugar obtido no "X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras", na Categoria Infantil das Bandas Marciais.

Outrossim, REQUER, ainda que da decisão da Mesa, seja dada ciência à Escola vencedora.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente Requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação dos alunos da Escola Tia Paula, os quais enaltecem a classe estudantil de nossa Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem, nesta data, do Dia do Contabilista.

Há 42 anos teve início em nosso País o Curso de Ciências Contábeis, formando profissionais que exercem suas atividades no setor público e privado, propiciando com o seu trabalho uma perfeita análise de todos os custos e aplicação de verbas principalmente quando procedem auditoria, que é atribuição exclusiva dos Contadores ou Ba-

charéis em Ciências Contábeis.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Sindicato dos Contadores e Bacharéis em Ciências Contábeis no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário sejam consignados votos de congratulações à Polícia Militar do Paraná pelo 3º lugar obtido no "X Concurso Estadual e Fanfarras", na Categoria de Fanfarras.

Outrossim, REQUER, ainda que da decisão da Mesa, seja dada ciência à Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação dos membros da fanfarra da Polícia Militar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignados votos de congratulações ao Colégio Estadual do Paraná pelo 3º lugar obtido no "X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras", na Categoria das Bandas Musicais.

Outrossim, REQUER, ainda que da decisão da Mesa seja dada ciência ao Colégio vencedor.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação dos alunos do Colégio Estadual do Paraná, os quais enaltecem a classe estudantil de nossa Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações à Escola Filarmônica da Cidade de Antonina, pelo 1º lugar obtido no "X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras", na Categoria de Bandas Musicais.

Outrossim, REQUER, ainda que da decisão da Mesa seja dada ciência à Escola vencedora.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação dos alunos da Escola Filarmônica de Antonina.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações ao Centro de Educação Tecnológica - CEFET - pelo 3º lugar obtido no "X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras", na Categoria de Bandas Musicais.

Outrossim, REQUER, ainda da decisão da Mesa seja dada ciência ao Centro de Educação Tecnológica - CEFET.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação dos alunos do CEFET, os quais enaltecem a classe estudantil de nossa Capital.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de Congratulações ao Colégio Positivo pelo 3º lugar na Categoria de Bandas Marciais e 2º lugar na Categoria das Bandas Musicais, no "X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras".

Outrossim, REQUER, ainda que da decisão da Mesa seja dada ciência ao Colégio vencedor.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação dos alunos do Colégio Positivo, os quais enaltecem a classe estudantil de nossa Capital.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão, de voto de congratulações aos Contadores Paranaenses pela passagem do seu dia, na data de hoje, como homenagem a este profissional que em todos os ramos de atividades tanto no setor público como no privado, atua de forma imprescindível, principalmente no que diz respeito aos trabalhos de auditoria.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Joaquim Távora, desejando felicidades àquele povo trabalhador e seus dirigentes e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Requer também que, do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Cambará, desejando felicidades àquele povo trabalhador e seus dirigentes e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Requer também que, do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Sappema, desejando felicidades àquele povo trabalhador e seus dirigentes e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Requer também que, do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, o envio de voto de repúdio ao Secretário do Meio Ambiente do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Sr. Roberto Messias, pelas suas declarações contrárias à pavimentação da Estrada do Colono.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(aa) GERNOTE KIRINUS, CAÍTO QUINTANA e PEDRO TONELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação do envio deste voto de repúdio ao Sr. Roberto Messias, Secretário do Meio Ambiente do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, dá-se pelas declarações absurdas do mesmo contra o Estado do Paraná, em relação à Estrada do Colono. Torna-se difícil para os Deputados entenderem tal posição, pois são conhecedores que o Ministro Deni Schwartz, quando Secretário de Estado dos Transportes, autorizou o projeto de pavimentação da Estrada Parque, e agora, um Secretário do Meio Ambiente de sua Pasta, faz declarações tão altamente absurdas em relação à antiga solicitação do Paraná.

Solicitamos ao Ministro Deni Schwartz, que demita o Sr. Roberto Messias da Pasta, seguindo o exemplo do Governador Álvaro Dias, que declarou na imprensa que Secretário de Estado de seu governo que for contra a posição política adotada, não permanece secretário.

Talvez sejam declarações como essa que vimos da pessoa de Roberto Messias, que fazem com que a Nova República esteja tão desacreditada, por não haver coerência entre comandos e subordinados, deixando este País como uma nau sem rumo e sem destino, estabelecendo-se uma verdadeira Torre de Babel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base regimental, após ouvido o Plenário, informações à Comissão Executiva deste Poder, quais as atividades imorais desenvolvidas pela mesma.

Tal pedido prende-se às recentes declarações do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, pois existe a preocupação de alguns Deputados em sua permanência à frente do cargo que ocupa na Comissão Executiva, em função de suas atividades altamente mora-

lizadoras.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, encarecendo estudos que visem a implantação do Curso de quinta à oitava séries do primeiro grau, nas seguintes escolas do Município de Ortigueira: Escola Rural Estadual Plínio Franco Ferreira da Costa, em Caetê; Escola Rural Estadual de Vista Alegre, em Vista Alegre e Escola Rural Estadual Machado de Assis, em Natingui.

Dispensável dizer o quão substancial é a implantação do curso em questão, pois que disso decorre um número crescente de alunos que, pela falta de oportunidade e pelas dificuldades apresentadas, abandonam a escola, comprometendo um futuro todo, o que não é absolutamente salutar e admissível.

Assim, objetiva a presente moção contribuir de forma efetiva para o estabelecimento de medidas que venham culminar com soluções para o problema apresentado.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Deputado Ulysses Guimarães e aos membros da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, sugerindo que seja rejeitado o substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Esta sugestão é feita em razão de inúmeros artigos que se chocam com os interesses nacionais, inclusive no que se refere ao retorno do Colégio Eleitoral, sistema de eleição de governadores e prefeitos, quebra das garantias individuais e o que acaba com as aposentadorias especiais. Este último artigo atingirá muitos milhares de professores que realizaram gestões ao longo de muitos anos para obterem a aposentadoria especial. Principalmente no Paraná, os mestres estão indignados com o substitutivo do senhor Bernardo Cabral, pois retira um justo benefício conquistado por tão importante categoria profissional. A rejeição do substitutivo do Deputado Bernardo Cabral criará condições a que outro possa ser mais democraticamente redigido, criando condições para que a nova Carta Magna atenda aos anseios da popula-

ção brasileira.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, apelando no sentido de serem tomadas urgentes providências para melhorar a sinalização existente na Rodovia que liga Praia de Leste a Matinhos.

A falta de sinalização da referida rodovia vem acarretando inúmeros acidentes, principalmente à noite, quando a visibilidade dos motoristas fica prejudicada. E agora, com a proximidade da temporada de praia, quando o fluxo de turistas em nosso litoral aumenta consideravelmente, é dever do Estado tomar medidas que efetivamente venham sanar os problemas aqui relatados.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao ilustríssimo Sr. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, Dr. Fernando Xavier Ferreira, no sentido de que seja estudada a viabilização de ampliação da rede telefônica para o Distrito de Ivaté, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

A permanência do homem no campo, nos Municípios do interior, só se justifica se a ele forem dadas condições de trabalho, de melhor qualidade de vida e acesso aos meios de comunicação e de cultura. E sem dúvida alguma, isso passa, essencialmente, pelo mais útil e prático veículo de massa, que é o telefone.

A solicitação dos munícipes do Distrito de Ivaté, somam em mais de uma centena, em sua maioria comerciantes, que se utilizam deste meio para realizar e facilitar seu comércio, seu ganha-pão.

A facilidade com que o uso do telefone permite a aproximação das pessoas, contribuindo para socialização e democratização das oportunidades e dos negócios, são razões suficientes para justificar tal ampliação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Chemim Guimarães, Superintendente do IPE no Estado do Paraná, solicitando informações sobre as pensões que são pagas por aquele instituto, especialmente no que se refere às denúncias formuladas por diversas vezes pelo jornal "Folha de Curitiba" sobre as denominadas "Viúvas marajás do IPE", que estariam recebendo polpudas pensões e ainda estariam entrando na Justiça para reaverem os atrasados, e que as mesmas estariam se baseando em um suposto acordo feito com o governo anterior, que lhes facilitou obter tais pensões.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, no sentido de que seja viabilizada a instalação de laboratório e de biblioteca no Colégio Estadual de Vila Alta, no Distrito de Vila Alta, no Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda seja dada ciência ao Sr. José Ilton de Oliveira, ilustre Edil da Câmara de vereadores de Umuarama, e à Direção da referida escola.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que o uso do fumo está cientificamente comprovado que diminui a vida útil não só dos usuários mas também de pessoas que estejam em sua companhia, através dos gases expelidos pela fumaça do tabaco, que são 5 vezes mais venenosos do que os ingeridos pelo fumante;

Considerando que em diversos Estados já existe uma legislação respeitada pela grande maioria, proibindo o uso do fumo no interior dos veículos de transporte coletivo;

Considerando, finalmente, que já há anos, ilustres Parlamentares federais apresentaram projetos de lei com o objetivo de vedar o uso do fumo em veículos de transportes coletivos de todo o Brasil, sem verem, inexplicavelmente, a aprovação de tais iniciativas, o Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a todas as lideranças partidárias da Câmara dos Deputados Federais e do Senado Federal, dirigindo veemente apelo no sentido

de que seja proibido definitivamente o uso do fumo também nos veículos de transporte coletivo interestaduais.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O endividamento tanto interno quanto externo dos Estados Membros da Federação Brasileira é um dos problemas mais sérios enfrentados pelas administrações estaduais, inclusive, em alguns Estados, chegando à quase completa imobilização das atividades do Poder Público, arrochando salários do funcionalismo, cortando quase que totalmente os gastos com investimentos e diminuindo sensivelmente os gastos na área social. As conseqüências desta situação calamitosa são altamente prejudiciais à população. Além do que, é um reflexo da difícil situação do País em relação aos credores internos e externos, obrigando-o a adotar uma política homicida em relação ao seu povo para honrar os compromissos financeiros. A população é chamada direta ou indiretamente a pagar a conta de um "jantar" que não decidiu realizar e do qual, nem foi convidada a participar.

O pedido do Poder Executivo para que o Legislativo autorize a tomada de empréstimos, antes de sua aprovação, merece uma análise cuidadosa para que nosso Estado não venha, no futuro próximo, somar-se aos devedores quase inadimplentes.

Diante do exposto, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando informações para os seguintes quesitos:

1. Qual é o montante da dívida externa do Estado do Paraná? Quais os prazos de pagamento e o total dos empréstimos aprovados mas não internados no Estado?

2. Qual o valor da dívida interna do Estado?

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, através da manifestação dos Deputados que integram todas as Bancadas com assento nesta Casa de Leis, seja endereçado expediente ao Secretário da Saúde do Paraná, doutor Delcino Tavares, solicitando seja liberada urgentemente, para a Universidade Estadual de Londrina, verba para a contratação de pessoal que trabalhará no Hospital da Zona Norte de Londrina.

O referido hospital está pronto há

mais de 6 meses, o equipamento já chegou há mais de 3 meses e é de se estranhar que até agora o mesmo não tenha iniciado o atendimento, exatamente por falta da contratação de pessoal.

Quando em funcionamento, o hospital cobrirá uma área de atendimento a mais de 100 mil pessoas que moram nos 17 conjuntos habitacionais da zona norte de Londrina, na sua maioria bôias-frias, domésticas, aposentados, desempregados e operários. Ali a faixa média de renda oscila de 0,5 a 2 salários mínimos.

Existe uma disputa de hospitais privados que desejam encampar esse hospital, mas, as Associações de Moradores, por suas legítimas lideranças, interpretando a vontade da população a ser atendida, desejam que o mesmo seja público e mantido através da Universidade Estadual de Londrina, com verbas repassadas pelo Governo Estadual.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

Líder do PDT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias e, Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, no sentido de se estudar a viabilidade de se reconstruir a ala administrativa do prédio onde se encontra instalado o Colégio Estadual "Duque de Caxias", no Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 22.09.87

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

O prédio onde funciona o Colégio Estadual "Duque de Caxias", em sua parte onde se encontra a administração da Escola, encontra-se em precárias condições físicas para o desenvolvimento do trabalho que ali se desenrola.

Assim, nada mais justo do que se estudar as possibilidades de se reconstruir a ala mencionada, proporcionando segurança e condições físicas aos que ali desempenham suas funções de administradores do Colégio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, e ao Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Professor Ewaldo Podolan, solicitando

a construção de instalações para o laboratório e biblioteca no Colégio Estadual de Vila Alta, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Os alunos do Colégio Estadual de Vila Alta, vêm ressentindo-se de aulas práticas e consulta à biblioteca, que por falta de instalações apropriadas não pode atender suas necessidades, quando estas são fundamentais para o bom aproveitamento do estudante.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Doutor Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Paranaíba.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Waldir Salmon.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial. Requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - É considerado vago o cargo na Comissão Executiva do Deputado que eleito por uma legenda passar para outra agremiação partidária.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.87

(a) DAVID CHERIEGATE.

Apoiamento: Tadeu Lúcio Machado, Luiz Carlos Alborghetti, Basílio Zanusso, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Antônio Beli-

nati, Valderi Mendes Vilela, Vera Agibert e José Rogério Carvalho e uma ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Será feita em Plenário, oportunamente.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 240/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - É criado o Pólo Estadual de Desenvolvimento Industrial de Ubitatã/Pr, a ser implantado naquele Município, até 1990, com recursos do Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º - A origem dos recursos e as disposições para o seu efetivo funcionamento serão determinados em Mensagem do Poder Executivo, de forma adequada ao potencial de suas condições.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### JUSTIFICATIVA:

O franco desenvolvimento econômico que Ubitatã/Pr, vem experimentando ao curso desta década, está a merecer, nesta quadra, especial e urgente atenção da parte do Governo do Estado.

São evidentes os benefícios sociais que a medida acarretará no sentido de desaquecer a oferta de mão-de-obra, que, mais e mais vem crescendo, sem nenhuma perspectiva de solução; o aproveitamento de um enorme contingente de riquezas econômicas, relegadas ao plano secundário, por consequência do elevado custo que demandaria o seu deslocamento a pólos de desenvolvimento por mais próximos que sejam; enfim, ensejaria um futuro mais promissor àquele e a todos os outros municípios que o circundam.

Ubitatã/ Pr, tem localização geográfica privilegiada, sendo, naturalmente, o centro de uma região de grande expressão econômica e agrícola. A criação do Pólo, sugerida pelo Projeto, além do benefício direto ao povo do Município, gerará uma descentralização administrativa, levando os benefícios diretamente do Governo para toda a região.

PROJETO DE LEI Nº 241/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Estudo do Menor e In-



tegração na Comunidade- CEMIC, com sede e foro na cidade de Tupãssi.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria, cuja documentação acompanha o presente Plano de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 242/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública- A.S.S.E.S.P., com sede e foro na cidade de CURITIBA.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem como objetivo, declarar de Utilidade Pública Estadual, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - A.S.S.E.S.P., fundada em 26 de junho de 1984, e que, desde a sua fundação vem prestando relevantes serviços aos associados, não possui recursos financeiros suficientes à sua manutenção, sendo que sua Diretoria não percebe vencimentos, dividendos ou bonificações a nenhum título. Os documentos apresentados preenchem os requisitos da Lei nº 6694, de 10 de janeiro de 1978. Nessas condições, apresentamos o presente Projeto de Lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto ainda é Bernardo Cabral, seguramente hoje o homem mais criticado em toda a imprensa nacional, provavelmente até sendo hoje o brasileiro mais odiado em todos os Estados da Nação, isto porque o Senhor Bernardo Cabral, arrogando-se poderes que ninguém lhe conferiu, deseja, por

sua vaidade e vontade própria, mudar o sistema de Governo no Brasil, interferir na vida de cada brasileiro, e, se possível, até acabar com as garantias individuais e permitir a censura à imprensa.

E torna-se maior a gravidade do substitutivo do Senhor Bernardo Cabral, quando prega, Sua Excelência, o retorno do Colégio Eleitoral, que o PMDB tanto combateu, quando prega que Deputados passarão a ter poderes de eleger o Presidente, o Governador, de que Vereadores praticamente vão eleger os novos Prefeitos do Paraná e do Brasil, dentre uma série de medidas.

Nós estamos profundamente preocupados, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando o Senhor Bernardo Cabral resolve, talvez para desgastar a imagem do seu partido, que é o PMDB, Partido que o colocou como Relator da Comissão de Sistematização, resolve acabar com a aposentadoria especial dos professores do Brasil. Será que Sua Excelência não sabe que os professores se organizaram, se mobilizaram, fizeram gestões, se humilharam até para conseguir aposentadoria aos 25 anos de serviço para mulher e aos 30 para os homens. Mas, o Senhor Bernardo Cabral que certamente buscou também os votos de professores para ser eleito, resolve dizer que o professor vai perder esta conquista justa, que obtiveram após uma campanha de mobilização nacional. Até mesmo no tocante à estabilidade do trabalhador no emprego peca o Senhor Bernardo Cabral, porque deixa muita dúvida o Artigo que ele colocou sobre a estabilidade do trabalhador no emprego.

Por esta razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou submetendo à apreciação dos nobres Pares, um requerimento, já que a Assembléia Nacional Constituinte é a Assembléia de todos nós brasileiros, não apenas do PDT, do PMDB, PT, PTB ou PL, ou da Frente Liberal, pois é a Assembléia Nacional Constituinte que vai editar a Carta Magna, a carta maior que vai reger os destinos desta nossa pátria brasileira. E por esta razão, estamos apresentando requerimento endereçado, se aprovado, ao Deputado Ulysses Guimarães e aos membros da Comissão de Sistematização, pedindo, Senhor Presidente, a rejeição do substitutivo do Deputado Bernardo Cabral. Substitutivo, já foi dito, não é democrático, é um substitutivo de arbítrio, nazista, e que não pode ser incorporado à nossa Constituição Brasileira. Por isso, Senhor Presidente, entendo que esse requerimento nada mais é do que a vontade de milhões de brasileiros que estão acompanhando pela imprensa as críticas severas de políticos e lideranças de todos os extremos do Brasil a este substitutivo do Relator Bernardo Cabral.



O nosso pedido é que, se aprovado esse requerimento, a Assembléia Nacional Constituinte rejeite a matéria do Senhor Bernardo Cabral e elabore um substitutivo não nazista e mais democrático.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, seguinte orador inscrito por cinco minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, ainda dentro do assunto do substitutivo Bernardo Cabral, quero chamar a atenção nesta Casa para a necessidade de fazermos presente a nossa voz perante os Parlamentares Federais do Sul do Brasil, para garantirmos a participação efetiva na nova Constituinte, participação desta região que trabalha, produz, e que é propulsora do desenvolvimento nacional, porque, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, percebe-se o "lobby" nordestino presente na Constituição, no anteprojeto de Constituição enviado ao Congresso Nacional. Analisem, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que o artigo 24 do anteprojeto diz com toda clareza: "para efeitos administrativos a União poderá articular a sua ação em unidades federais limítrofes, integrantes de um mesmo complexo geo-econômico e social, visando o seu desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais". Na continuidade, no seu parágrafo primeiro, diz que por lei complementar, disporá sobre as condições podendo a União ter créditos subsidiados, juros mais baratos, programas especiais para as regiões ditas de desigualdade nacional.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o Sul do Brasil não é mais formado pelos Estados ricos como pretende o Governo Federal interpretar.

Se nós nos espelharmos no Estado do Paraná, onde o Governador Álvaro Dias tenta dar ritmo administrativo a esse Estado, vamos perceber que no início da sua administração houve uma redução na construção de obras necessárias ao Estado do Paraná, e agora, recentemente, o Governo uma vez mais determinou que fosse reduzido o andamento das obras no nosso Estado.

E por que é assim, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares?

Porque o Estado do Paraná, que é tido e visto como um Estado rico, sofre as consequências da concentração de recursos do Governo Federal. E o que falar de Santa Catarina, e do Rio Grande do Sul, onde o Governador Pedro Simon nem a folha de pagamento dos funcionários públicos pode pagar? Enquanto isso, se organiza na Constituinte o "lobby" nordestino, para que o Governo Federal, com sua sede em Brasília, possa tratar de forma diferenciada os Es-

tados ditos como em desigualdade de desenvolvimento social e econômico da Federação.

É chegada a hora, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, quando o Sul do País, além da contribuição para o desenvolvimento nacional que tem dado, subir às tribunas, se organize, mostre o seu valor e o quanto representam os recursos gerados nesta Nação, para que não tenhamos que ver a nossa região uma vez mais maltratada, empobrecida, produzindo para não receber.

A UPI realizou encontros dos três Estados do Sul e colocou como matéria básica, que a nova Constituinte permitirá aos Estados a tributação de energia elétrica na sua geração, porém, isto não está no substitutivo do Deputado Bernardo Cabral. Vale dizer, assim que o Estado do Paraná, que foi alagado para gerar energia elétrica, pelas usinas, está exportando energia sem poder tributá-la, e que os Estados do Centro Sul, quando utilizam essa energia para industrialização de produtos, no custo de produção, imbuem o imposto e nos vendem de volta, cobrando de nós o imposto que não nos permitem cobrar.

Voltaremos, Senhor Presidente, a falar sobre o assunto, porque achamos que é profundamente necessário que, ao invés de debatermos única e exclusivamente sobre assuntos periféricos da Constituinte, levanta-se a voz do Sul do Brasil, pedindo o direito e o respeito que essa região merece no contexto nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso, seguinte orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna nesta oportunidade para fazer justiça a uma entidade que merece todo o nosso respeito e atenção, face aos inestimáveis serviços que vem prestando à comunidade brasileira, especialmente.

Faço esta manifestação, repito, por um dever de justiça e reconhecimento como homem público, àqueles cidadãos e organizadores que contribuem de forma destacada para o engrandecimento deste País.

Estou falando da "Golden Cross - Assistência Internacional de Saúde", injustamente criticada na sessão da quarta-feira última, quando da votação de requerimento de minha autoria. Organização genuinamente nacional, embora seu nome possa não parecer indicar assim, a "Golden Cross" é reconhecida de Utilidade Pública pelo Governo Federal, conforme Decreto-Lei n. 87122 e 1572, atuando na área de assistência médico-hospitalar através de seus

planos de seguro saúde e contando atualmente com mais de 2 milhões de associados em todo o Brasil contribuindo com o desenvolvimento nacional na sua área a "Golden Cross" emprega mais de 6 mil pessoas, mantendo cerca de 12 mil médicos credenciados, 2 mil hospitais de serviços, além de 10 hospitais e 12 centros médicos próprios.

Não bastasse esses dados, gostaria de destacar a aplicação de recursos da "Golden Cross" em filantropia, através de programas de assistência social, educacional e manutenção de lares substitutos, proporcionando assistência médico-hospitalar e odontológico.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dever de justiça, de valorizar aquilo que é nosso, devo ainda destacar que no Paraná a "Golden Cross" mantém 4 filiais, com 2 hospitais em nosso Estado, sendo a Casa de Saúde São Vicente adquirida em Curitiba, onde já reiniciou o seu reequipamento, e o Hospital Londrina, além de um moderno centro médico em nossa Capital e 2 lares substitutos em Maringá e Apucarana com dezenas de meninas carentes em regime de internato.

É importante que se destaque ainda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o fato de que essa sociedade civil, beneficente, filantrópica e de assistência social, organizada e constituída em 25 de março de 1971, portanto, com 16 anos de existência, tem no seu estatuto social, no art. 6º, a identificação de suas finalidades, que é preciso sejam valorizadas pela prestação de serviços oferecidos. De acordo com este artigo dos seus estatutos, a "Golden Cross" é uma sociedade que não tem finalidades lucrativas, não distribuindo lucros, dividendos ou participações a seus sócios e o que é ainda mais importante, não remunera a nenhum título, direta ou indiretamente, diretores e conselheiros, aplicando integralmente no País toda a sua renda e o atendimento de suas finalidades. Observa-se, assim, que não se trata de um negócio, como pura e simplesmente possa parecer, mas de uma sociedade, cuja finalidade num País-continentemente de enormes dificuldades na área do atendimento à saúde, nosso bem mais precioso, precisa merecer o reconhecimento de todos nós.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao manifestar o meu reconhecimento à "Golden Cross" e ao pedir aos meus colegas Deputados idêntico procedimento, não posso deixar de citar a figura humana do criador e realizador desta obra, o Dr. Milton Soldane Afonso, um mineiro de Nova Lima, cujo sonho nesses 16 anos se transformaram numa grata realidade. Com cunho social e filantrópico, essa sociedade, cujo lema é atendimento com carinho, tem nesse cidadão um

exemplo para muitos brasileiros, os quais acreditando neste País, garantem a certeza de um futuro cada vez mais promissor.

No momento em que o atendimento na área da saúde se torna mais exigente e apurado, o padrão de serviços da Golden Cross precisa ser reconhecido e valorizado como exemplo para muitos deste País-continentemente.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por cinco minutos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, prometo seguir rigorosamente o Regimento Interno desta Casa no uso dos 5 minutos.

Mas, no começo do ano, a Comissão de Segurança desta Casa, eu, os Deputados Algaci Túlio, Raul Lopes, Alexandre Ceranto - digno representante de Umuarama, como o é também o Deputado Nelson Vasconcellos - e outros líderes desta Casa, estivemos no gabinete do Secretário da Justiça para tratarmos do problema de se cercar a penitenciária agrícola. O Deputado Algaci Túlio levou as suas idéias, eu levei as minhas idéias, o Deputado Raul Lopes, que já comandou a brilhante e honrosa Polícia Militar do Paraná, levou as suas idéias e quando nós saímos, o Deputado Algaci ficou na sala trocando idéias e eu saí e comentei com o Deputado Raul Lopes: "E daí?" E daí o Deputado Raul Lopes com a sua experiência colocou um ponto de interrogação na minha cabeça: "Não sei, vai depender de verbas, etc". E ontem, assistindo a rede Manchete, a Globo, a Bandeirantes e outras emissoras, vendo os jornais, o que me chamou a atenção na Globo, no jornal das 19:00 horas, foi quando o Ministro disse que o orçamento dele era Cz\$ 100 milhões e que uma penitenciária custaria mais ou menos Cz\$ 980 milhões. Depois, entra o nosso ilustre Secretário, Dr. Acir Breda, e diz que precisa de 5 penitenciárias no Paraná.

Agora há pouco, ouvi os pronunciamentos dos Deputados Antônio Belinati, Caíto Quintana, Ezequias Losso com relação a constante preocupação quanto à nossa Constituinte. Uma Constituinte que na Espanha demorou 3 anos para ser elaborada, querem aqui elaborá-la em 3, 4, 5 meses. Além disso, preocupou-me Senhores Deputados, o pronunciamento feito ontem, através da imprensa, do Ministro Paulo Brossard. Um país que não tem dinheiro para construir penitenciárias e que tem um orçamento de Cz\$ 100 milhões, quando uma penitenciária custa Cz\$ 980 milhões. Ainda

ontem o Deputado Raul Lopes veio a esta tribuna e falou da sua constante preocupação, com a questão da segurança e hoje os jornais falam da constante preocupação das escolas com este assunto. Então, nós ficamos imaginando realmente a preocupação da nação brasileira. Estamos passando por uma fase muito dura, Senhores Deputados. A Constituinte, que aí está, não pode ser levada da maneira como está sendo levada por esse cidadão chamado Bernardo Cabral. Tudo deve ser feito da maneira que ele quer, com as imposições que ele quer. Nós temos que analisar melhor a Constituição que está por chegar.

Em nosso país, um Ministro diz que não tem dinheiro para construir penitenciárias quando somente um Estado como o nosso precisa de 5 penitenciárias, sendo que penitenciárias custam caro. Eu estava vendo a revista policial do "Correio de Notícias", nós temos mais de 30 mil, acima de 30 mil marginais soltos no Paraná e eles não vão caber nessas penitenciárias que estão superlotadas. Realmente nós precisamos de mini-presídios em todo o Estado do Paraná. Agora eu pergunto: Com que dinheiro, se o Governador ontem foi pedir dinheiro ao Ministro Paulo Brossard, e ele disse que vai estudar, que o orçamento dele é de Cz\$ 100 milhões e que uma penitenciária como ele quer construir custa Cz\$ 980 milhões. Esta faltando dinheiro dentro da pasta do Ministro da Justiça. Realmente fiquei preocupado, como "carrapicho" de polícia, como repórter policial, como radialista e mais preocupado estou como Deputado Estadual, estou como Presidente de uma Comissão de Segurança Pública - como também devem estar preocupados os Deputados Algaci Túlio, Alexandre Ceranto e Raul Lopes.

Temos que repensar... Eu estou analisando essa Constituinte, seu noticiário é rapidinho, um quadradinho só. No jornal da Manchete acompanhei o comentário do Alexandre Garcia, para analisar mais o que está acontecendo em Brasília e realmente você vê uma série de interrogações do brilhante jornalista Alexandre Garcia quanto à Constituição que vem aí. Realmente, nós temos que parar, pensar. Não são partidos políticos que vão resolver os problemas desta Nação não, Senhores, cheguei a uma conclusão. Não é Partido Político - me perdoe o Deputado Pedro Tonelli, não são partidos políticos que vão resolver os problemas deste país. Eu acho que o que vai resolver os problemas deste País são homens sérios, homens que têm que acabar com a corrupção neste país. Agora há pouco, li o jornal "O Estado do Paraná" e vi que cederam um terreno em Paranaguá sem licitação. Ora gente, pelo amor de Deus! E outros escândalos que estão a vir por aí... Alguma coisa tem que ser feita. Volto

a repetir, não é partido político que vai solucionar e salvar os problemas do Paraná e da Nação brasileira, mas sim homens sérios, que estejam preocupados em acabar com a corrupção na Nação Brasileira e fazer com que este país nasça de novo.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Antes de adentrarmos ao assunto que gostaríamos de hoje abordar nesta tribuna, gostaria de encaminhar rapidamente à Mesa um requerimento assinado por mim e pelo Deputado Caíto Quintana, e também pelo Deputado Pedro Tonelli, que requer um voto de repúdio ao Secretário de Meio Ambiente do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Senhor Roberto Messias, pelas suas declarações absurdas contra a pavimentação da Estrada do Colono, ferindo assim os interesses do nosso Estado. Não acreditamos que seja este o pensamento do Ministro Deni Schwartz que, por ser paranaense, como Secretário de Transportes, idealizou e projetou a pavimentação da Estrada do Colono.

Portanto, achamos que é por isto que esta Nova República vai mal. Vai mal porque está sem direção, porque existe uma falta total de coerência entre comando e comandados. Uma anarquia se estabelece em Brasília e os comandos, abusando do democratismo barato, fazem declarações incongruentes e contraditórias com seus Ministros.

Seria este o nosso requerimento.

Mas o que me traz à tribuna hoje também é uma preocupação paranaense, uma preocupação muito séria. Embora o Deputado Antônio Belinati tenha se retratado com relação à sua solicitação da incorporação do BADEP ao BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, continuam em nosso meio rumores na imprensa, em corredores do Palácio Iguaçu e também na Assembléia Legislativa neste mesmo sentido, pedindo a extinção do BADEP.

O BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná, como instituição, tem sido objeto nestes últimos meses de um debate acirrado e questionador a nível desta Assembléia Legislativa, do Governo do Estado, da imprensa e da comunidade empresarial.

Há algumas opiniões contrárias ao seu funcionamento e mesmo da sua existência, pela maneira que vem operando atualmente, como mero repassador de recursos, cada vez

mais escassos, do Governo Federal. Por outro lado, não muito mais opiniões a favor de sua continuidade, com base no trabalho que o BADEP realizou nos últimos 25 anos em prol do desenvolvimento paranaense, com a geração de 110 mil fontes de emprego.

Encaixo-me entre as opiniões que acreditam que o trabalho desta entidade não pode parar e quero deixar aqui mais alguns argumentos em defesa do Banco, como instituição de fomento extremamente necessária para o atual estágio da economia paranaense.

Desejo demonstrar a importância desta entidade para o futuro do nosso Paraná, um futuro que não pode jamais ficar desvinculado do necessário crescimento industrial, da modernização do aparelho produtivo e da introdução de novas técnicas.

O desenvolvimento tem que ser feito em bases modernas e estruturalmente sólidas para garantir a fixação da riqueza gerada no próprio território aqui dentro do nosso Paraná. Não podemos ficar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eternamente no papel tradicional de grandes produtores de matéria prima e financiadores do processo de desenvolvimento de outras regiões em nosso País, como ocorreu no auge do ciclo da cafeicultura e, em menor escala, quando da expansão da cultura da soja.

Enquanto nós paranaenses estamos debatendo a extinção com incorporação ao Banestado ou reformulação do BADEP, ocorre um movimento no setor industrial brasileiro que está sendo pouco recebido por aqui, mas que não escapou a especialistas de outros Estados.

O processo de concentração espacial da indústria brasileira, evidentemente continua voltado para São Paulo, onde gira quase 50% do produto Interno Bruto brasileiro. Mas já há o movimento de desconcentração de alguns gêneros de indústrias que atingem proporções significativas e que está sendo rapidamente aproveitado e dirigido para outras regiões, graças à atuação dos Bancos de Desenvolvimento daqueles Estados.

O que eu desejo demonstrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais objetivamente, é que enquanto nós estamos discutindo o papel do BADEP, os Estados de São Paulo e Minas Gerais estão reforçando suas entidades de fomento e trabalhando no sentido de aproveitar essas tendências de desconcentração industrial que já afloram na região da grande São Paulo, devido ao encarecimento da mão-de-obra, constantes paralisações e movimentos grevistas.

Concretamente, a expansão e realocização de muitas empresas e indústrias da grande São Paulo está sendo feita pelos Bancos de Desenvolvimento de São Paulo, Minas Gerais em direção às cidades do in-

terior paulista e do pólo industrial mineiro.

Enquanto isto, nós estamos enfraquecendo a nossa entidade, nossa única entidade de fomento, que necessita de credibilidade junto ao público, junto a órgãos financeiros, e com isto vamos perdendo mais uma oportunidade histórica de aumentar a geração de riquezas dentro do nosso Estado. Isso, na verdade, é falta de visão da possibilidade que o futuro se nos apresenta. Enquanto Estados que tradicionalmente captam riquezas paranaenses, captam sua poupança e a transformam em objeto do desenvolvimento, estão agilizando seus processos de incentivo à industrialização, atração de novas indústrias de fora, nós estamos justamente no caminho oposto, tentando desmobilizar, extinguir ou até reduzir a nossa capacidade de fomento.

Tem o aparte, o nobre Deputado Acyr Mezzadri.

O SR. ACYR MEZZADRI - Deputado Gernote Kirinus, eu estou acompanhando o seu pronunciamento e quero solidarizar-me a sua preocupação pelo fato de que tivemos oportunidade, recentemente, de emitirmos parecer da Comissão de Constituição e Justiça, com relação ao projeto do Deputado Antônio Belinati, que propunha naquele momento a extinção do BADEP.

Devo confessar que estudando profundamente a matéria, vejo que muitas pessoas até desavisadas, entendem que se pode somar, que se pode incorporar um banco de fomento com um banco comercial. Ora, o banco comercial é aquele banco que atende a pequena, a média e até mesmo a grande empresa por um período de 30, 60 ou 90 dias, não mais do que isso, ao passo que o BADEP é um banco de fomento, cujos recursos, buscados junto da União, são para aplicar nas empresas por 5, 10, 15 anos, fomentando as empresas, fazendo com que nosso Estado tenha cada vez mais a condição de atrair empresas, inclusive de outros Estados, para o nosso Paraná.

Portanto, é de grande profundidade o seu pronunciamento, e o cumprimento por isso.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço o aparte do Deputado Acyr Mezzadri e acrescento Senhor Deputado, que muitas vezes nós, quando daqui deste Plenário fazíamos oposição ao então governo da ARENA e depois do PDS, tínhamos as nossas reservas e as nossas críticas a bancos, a instituições paranaenses. Mas, elas eram dirigidas localizadamente aos erros. Mas não se pode querer corrigir os erros extinguindo órgãos. O que deve ser feito é corrigir o órgão, e é exatamente e assim que age e é

para isso que o Governo Álvaro Dias está extremamente aparelhado para fazer as necessárias correções. Mas não podemos pensar em extinguir uma entidade só porque alguém lá dentro prevaricou. Seria a mesma coisa que pedir a extinção da igreja porque houve padre que prevaricou.

Portanto, Vossa Excelência tem razão, nós precisamos zelar pelas instituições, colocá-las no caminho certo. E é isso que precisamos fazer, não extinguir, não retroceder, não voltar atrás. Isso seria buscar e procurar chifres em cabeça de cavalo.

Eu agradeço pelo seu aparte e continuo, Senhor Presidente indagando se mais uma vez vamos trabalhar em favor de outros estados.

Creio que reduzir as atividades, extinguir um banco de fomento como o BADEP é dar um grande passo nesse sentido. É abrir oportunidade para que outros Estados se aparelhem e avancem cada vez mais no seu processo de industrialização. Isso sem contar que o Governo Estadual vai perder a oportunidade de atuar na economia de uma forma muito mais positiva.

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, países como Japão, Alemanha, basearam sua recuperação econômica em entidades estatais de fomento semelhante aos bancos de desenvolvimento, estruturaram sua economia permitindo fornecimento de uma produção industrial altamente competitiva. Os resultados que daí decorreram todos nós conhecemos, hoje, e sabemos que o nível de qualidade e vida desses países é extraordinariamente alto, comparando com o nosso é extremamente alto.

Não creio que o Paraná, Senhor Presidente, seja um Estado pronto, acabado, já desenvolvido o suficiente para poder prescindir de sua principal entidade de fomento ou sequer reduzir suas atividades.

Temos ainda muitas desigualdades regionais. O nível de miséria e o crescimento populacional, pelo contrário, exige o reforço das atividades de fomento à industrialização e ao desenvolvimento.

Todo o sistema financeiro do mundo ocidental é baseado no funcionamento de entidades em compartimento distantes, quase sempre privados, e bancos de fomentos governamentais.

Eu acredito que a não ingerência do Estado da economia, num país livre como o nosso, no sistema em que vivemos seria de bom alvitre, isso sim, extinguir o BANCO DO ESTADO que é um banco comercial. Para isso existem bancos privados. Mas, extinguir exatamente o Banco de Desenvolvimento ou Banco de Fomento, isso é um absurdo total.

Este sistema de banco de desenvolvimento foi implantado no Brasil há muito

tempo e sempre funcionou bem. Se a nível mundial temos o BANCO MUNDIAL, BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, dos quais somos captadores aqui no Paraná para desenvolver os projetos do nosso Governo e outras entidades, no Brasil, temos o sistema de banco de desenvolvimento captando recursos através do BRDS.

Como no resto do mundo, o sistema financeiro restante em boa parte fica com os bancos comerciais, mas fomento e desenvolvimento é responsabilidade do Estado.

Por isso não podemos pensar nem sequer extinguir, muito menos incorporar o BADEP ao BANESTADO.

O Paraná pelo desenvolvimento da sua agricultura, comércio e indústria, certamente é uma das unidades da Federação melhor aquinhoadas em bancos comerciais, que prestam serviços de curto prazo em troca de grandes lucros obtidos com altas taxas de juros em operação.

Esses bancos por terem compromissos com seus acionistas obviamente não podem correr riscos elevados como os da implantação de projetos de longo prazo, de maturação, de financiamento de empresa, a partir de uma boa idéia. Portanto, incorporar o BADEP ao BANESTADO seria uma incongruência, porque os próprios acionistas do BANESTADO estariam preocupados em fazer investimentos mais arrojados, mais arriscados, porque para desenvolver uma região é preciso arriscar, é preciso arrojado, como diz Álvaro Dias, é preciso ousadia, e isso é que um banco de desenvolvimento tem o que falta a um banco comercial.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no último dia 10 de setembro tomou posse, no BADEP, uma nova diretoria, tendo à frente o experiente ex-Deputado Federal Celso Sabóia, um experiente administrador de entidades financeiras e um profundo conhecedor da realidade paranaense. No seu discurso de posse, ele deixou bem claro que o papel dos bancos de desenvolvimento não vêm sendo corretamente avaliados. Rara é a empresa paranaense que não tenha recorrido aos financiamentos de longo e médio prazo, dessas entidades, e não há como afirmar que eles estão sem função na sociedade paranaense. Citou ainda o ilustre atual Presidente do BADEP, Celso Sabóia, que um grupo de empresas provavelmente não existiriam no Paraná, não estariam gerando empregos, ou não teriam porte atual algum, não fosse estes créditos do banco de fomento. Gostaria de mencionar estas empresas que, segundo as palavras de Celso Sabóia, são a Cacique - Café Solúvel; Grupo Trombini; Cimento Itambé; Placas do Paraná; Volvo do Brasil; Porcelanas Schimit; Indústria Klabin; Cooperativas de todo o Estado; Artex, Grupo Sadia, Bandeirantes de Açúcar e Alcool; todas empresas

saudáveis, contribuindo para nosso progresso e desenvolvimento e que tiveram a sua origem e a sua instalação baseadas exatamente no fomento oferecido pelo BA-DEP.

O Dr. Celso Sabóia disse também que, por sua extrema vulnerabilidade, os resultados obtidos pelos bancos de desenvolvimento e mesmo a sua sobrevivência são um legítimo milagre. Parece-nos inconcebível, diz ele, que justamente as instituições a quem cabe responder pelos financiamentos de médio e longo prazo, não contem com recursos cativos, provenientes de poupança compulsória, e nem com fundos de liquidez que lhes permitam suportar os atrasos de seus clientes. Portanto, sendo um Banco que vive de repasses, empréstimos compulsórios, deveria o próprio Governo do Estado prever no seu orçamento capital fixo para que estes bancos pudessem preencher ainda mais a função de desenvolvimento, e portanto, a sua função social.

O Presidente do BADEP entende que este tipo de situação não pode perdurar e decidiu levantar o problema a nível nacional. Entende ele que uma parte dos fundos de poupança compulsória hoje entregues a instituições financeiras federais deva retornar também de forma compulsória aos Estados onde foram gerados, como recursos cativos permanentes de bancos de desenvolvimento. Entende ele que não devemos esperar apenas pelo retorno de recursos das autoridades federais, cabendo ao Estado fazer a sua parte também, destinando maiores parcelas de seu orçamento à capitalização destes Bancos de fomento e à constituição de fundos de desenvolvimento. No final do seu discurso, o Dr. Celso Sabóia, ex-Deputado Federal, disse que qualquer recurso aplicado no Banco de Desenvolvimento se multiplica e não se consome, e lembrou mais um sério risco para a sociedade ao se enveredar para a prioridade social consumista, paternalista e eleitoreira, que em lugar de ensinar a pescar, prefira dar o peixe, como o governo Federal prefere fazer, a julgar pela redistribuição do orçamento nacional de 1988.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, qualquer análise mais fria e destituída de interesses, conclui que o Estado do Paraná não pode ficar sem o efeito multiplicador, no campo social, dos financiamentos do BA-DEP.

Por outro lado, a incorporação o Banco de Desenvolvimento ao Banco do Estado, não é permitida legalmente pelo Banco Central. O Paraná teria que achar uma solução de administrar conjunta, que nos Estados onde se experimentou não deu certo, como é o caso do Rio de Janeiro, por existir absoluta incompatibilidade de finalidades e de operações.

Creio que não devemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, repetir o mesmo tipo de erro, sob pena de pagarmos um preço bem caro, em termos de progresso econômico ou social aqui no nosso Estado. Devemos sim, preservar nossas instituições utilizar melhor a sua estrutura e experiência, imprimir-lhes a honestidade, a marca da austeridade do Governo Álvaro Dias, além de dotá-las de mecanismos e apoio que permitam o fortalecimento e a ampliação da sua atuação.

Os financiamentos do BADEP, concluo Senhor Presidente, são sempre ponto de partida para a geração de novas riquezas, melhoria de qualidade de vida, com elevados resultados no campo social. É por isso que o Paraná não pode prescindir do seu Banco de Desenvolvimento; e é por isso que nós apelamos à consciência paranaense, a todos os Deputados, à imprensa, enfim aos homens deste Paraná, para que abandonemos de vez essa idéia absurda de incorporação ou de extinção daquele banco que haverá de ser, foi e é o alicerce do desenvolvimento e o progresso do nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao horário das lideranças. Consulto a liderança do PMDB, se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Fará uso da palavra o Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê).

O descaso histórico a que tem sido relegado o setor de saneamento básico, no Brasil, é ilustrado, com muita propriedade, pela antiga afirmação de que tubos enterrados não proporcionavam bons dividendos políticos.

Na condição de radialista, e agora também na condição de Deputado, fazemos uma constante avaliação crítica desta área, que tem uma profunda implicação social, mas que, infelizmente, ainda não obteve um grau de valorização adequado à sua importância.

No Paraná, essa postura está sendo mudada. Uma verdade que precisa ser dita em alto e bom tom: a administração de Álvaro Dias está concretizando os compromissos sociais assumidos, com investimentos significativos em obras de água e esgoto.

Percebemos que os grandes desafios do setor estão sendo enfrentados com coragem, determinação e muito trabalho, através da atuação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente da Companhia de Saneamento do Paraná. Os



obstáculos não são poucos. O perfil demográfico do Paraná mudou. Agora, passada a fase histórica de ocupação das zonas agrícolas, temos uma urbanização acelerada, exigindo, a cada dia, investimentos volumosos em infra-estrutura e serviços básicos.

As cidades de maior porte e, especialmente a Região Metropolitana de Curitiba, continuam a receber levas de migrantes do interior, em busca das oportunidades que já não encontram em seus locais de origem. Garantir a essa população que se aglomera nas periferias o acesso aos benefícios da água tratada e aos serviços de esgotos sanitários é um imenso desafio.

Nesse aspecto, a postura assumida pelo Governo Álvaro Dias revela que as prioridades sociais não são uma mera figura de retórica, mas um trabalho concreto que pode ser observado no dia a dia dos paranaenses.

Em que pesem as dificuldades históricas para a destinação de recursos financeiros ao setor por parte do Governo Federal, na área de Saneamento o Paraná já investiu, nos primeiros seis meses da atual gestão, Cz\$ 500 milhões em obras de implantação e ampliação de sistemas de água e esgotos em todo o Estado.

No período de março a agosto, a SANEPAR implantou 350 mil metros de redes de água e 19 mil metros de redes de coleta de esgoto. Ao todo, mais 104 mil paranaenses passaram a ter acesso à água tratada e 23 mil aos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários.

Neste esforço, que visa atenuar o déficit nos serviços de saneamento em áreas de baixa renda, o Governo do Paraná não está sozinho. Conta com o apoio firme e decisivo de um paranaense ilustre: o Diretor de Saneamento e Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, Teobaldo Machado, grande batalhador para que os programas de natureza social tenham uma parcela mais significativa na definição de prioridades para os investimentos públicos.

Por orientação do Secretário e Vice-Governador, Ary Queiroz, o objetivo da SANEPAR não tem sido apenas a expansão pura e simples dos serviços, mas também a manutenção de sua qualidade.

A SANEPAR possui hoje um empregado para cada 272 ligações. Ou seja, apenas um servidor para um universo de mais de mil pessoas atendidas com água tratada, índice que não encontra paralelo entre as empresas de saneamento de todo o País.

Mesmo assim, a produtividade ainda continua sendo aperfeiçoada com o treinamento do seu corpo funcional e diversas medidas de racionalização administrativa, melhorando o desempenho da empresa dentro

do seu papel preponderante para a promoção da saúde e do bem-estar da coletividade.

Para orgulho de todos os paranaenses, temos uma empresa modelo na área de saneamento básico, sob a direção competente do engenheiro Roque Piráguine, funcionário de carreira da SANEPAR, convocado acertadamente pelo Governador Álvaro Dias para essa missão.

Porém, medidas determinadas em nome da política econômica, colocam mais uma vez a área de saneamento diante de perspectivas desalentadoras, que podem mesmo comprometer grande parte das conquistas feitas até agora.

Sob o argumento de estabelecer mecanismos de controle de déficit público, o Banco Central acaba de congelar as operações de crédito destinadas a investimentos, afetando as obras de água e esgoto. Argumento que não resiste a uma análise lógica, pois o saneamento responde com apenas 1,4 por cento do déficit público do Brasil.

Esta é mais uma evidência de que a insensibilidade dos gestores da nossa política econômica, orientados pela tecnoburocracia brasileira, entrava cada vez mais a evolução do atendimento com o abastecimento de água tratada e com os serviços de esgotos sanitários. Isto, numa etapa difícil em que 20 milhões de brasileiros ainda não têm água tratada e 70 milhões não são servidos por sistema de coleta e tratamento de esgotos, em áreas urbanas.

Com isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, joga-se mais uma vez irresponsavelmente com a saúde de milhões de pessoas, principalmente da periferia das grandes cidades, cujo acesso aos benefícios do saneamento fica cada vez mais longínquo e inviável. Nossa indignação é ainda maior, quando constatamos que sonhos faraônicos, como a Ferrovia Norte-Sul, resistem intactos à sanha das resoluções e portarias que não poupam a saúde dos brasileiros.

Por essa razão, queremos expressar nosso apoio ao manifesto recentemente publicado pelas empresas de saneamento básico, alertando para as graves consequências sociais da medida do Banco Central.

É preciso compreender, de uma vez por todas, que controle do déficit público não se faz com o sacrifício da saúde do povo e com o comprometimento de um programa de obras de grande relevância social, que gera 200 mil empregos diretos ao ano.

Por isso, lamentamos que a gestão eficiente de uma empresa como a SANEPAR não encontre uma contrapartida positiva por parte dos Ministérios da área econômica, no sentido de apoiar os setores mais diretamente ligados à questão social brasileira.



Assim sendo, estamos apresentando requerimento no sentido de que a Assembléia Legislativa do Paraná envie expediente aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, protestando contra o congelamento das operações de crédito no setor de saneamento básico. Ao mesmo tempo, requeremos que a nota oficial da AESBE - Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, publicada nos principais jornais do Paraná, edição do dia 13 passado, seja inserida nos Anais desta Casa Legislativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta à Liderança do PT, se fará uso da palavra. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, devidamente apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei n. 219/87, constante da Ordem do Dia de hoje. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado,

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 219/87, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 75/87), que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimos internos pela Administração Direta e Indireta do Estado, até o valor equivalente a 10 milhões de OTNs e a prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval

ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, até o valor de 15 milhões de OTNs. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Public. no D.A. n. 98, de 15.09.87, Mensagem).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a retirada, por 10 sessões, do Projeto de Lei n. 219/87, para que o Executivo informe a este Poder, conforme requerimento anexo, o montante do endividamento interno e externo do Estado. - Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Discutimos hoje projeto de lei encaminhado a esta Casa através da Mensagem Governamental 75/87, de 25 de agosto de 1987.

O projeto tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a contratar empréstimos internos pela administração direta e indireta do Estado até o valor equivalente a 10 milhões de OTNs, e a prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança ou aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da administração indireta do Estado até o valor de 15 milhões de OTNs, para aplicação em obras de infraestrutura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quanto aos objetivos do Projeto, merece o Sr. Governador os nossos aplausos, porque sabemos das deficiências desses setores (Justiça, Segurança, Educação e Saúde).

Vivemos num País onde a segurança pública é problema que aflige a toda a comunidade, tanto urbana quanto rural. O povo vive em constante sobressalto, pela quase total falta de segurança. Segurança que, segundo as enquetes e pesquisas públicas é o problema que mais aflige a população brasileira, e tanto isso é fato que a segurança pública foi uma das principais bandeiras levantadas pelos políticos que lutavam pela conquista ou reconquista de um mandato eletivo no último dia 15 de novembro, mas que lamentavelmente, como tantas outras promessas de palanques, ficou no rol dos projetos de papel.

Justiça é aspiração de toda a gente, igualdade para todos, oportunidade de trabalho que permita uma vida digna para todos, justiça no sentido amplo, é o que almeja o povo brasileiro.

Esse povo que se vê dia-a-dia mais explorado, mais sacrificado e podendo-se dizer até esbulhado. Esbulhado e roubado. Roubado porque sabe que é ele quem tem que pagar tudo, desde as mordomias dos privilegiados aos vencimentos escandalosos dos marajás do Governo, até os sonhos faraônicos dos governantes, as Itaipu's que tiram as terras dos lavradores, as ferrovias

Norte-Sul, por exemplo, que vão afundar ainda mais este Brasil.

O povo é sempre roubado, é roubado em seus sonhos, é roubado em suas esperanças, e tirar as esperanças do ser humano é pior do que tirar a sua vida, e ainda entra o direito à saúde, e falar da saúde do brasileiro, chega até ser temerário, Srs. parlamentares.

Então, Srs. Deputados, dizíamos que a segurança pública, que a justiça, são necessidades e aspirações do povo brasileiro. E a Educação? Educação é um fato que falta ao povo para que aprenda a exigir os seus direitos, a segurança pública, a justiça e a saúde. Só a educação ampla, voltada e possível para todo o povo, é que poderia tirar este País do caos em que ele foi jogado.

Mas, Srs. Deputados, vamos ver o projeto no seu aspecto legal e formal, porque hoje ele está em primeira discussão, discutimos exatamente a sua legalidade e a sua constitucionalidade. Legal ele o é, atende às disposições da Constituição Estadual, que preceitua que é competência exclusiva do Governo a iniciativa das leis que disponham sobre matérias financeiras. Todos nós o sabemos; assim é nas Câmaras Municipais, é, nas Assembléias, e é no Congresso.

Agora, é constitucional?

Até onde é um projeto constitucional quando tira prerrogativas do Legislativo e o transfere para o Executivo? E não estamos exagerando, senhores Deputados. Vejam, por exemplo, o que diz o art. 1º do Projeto: "Fica o Poder Executivo, através da Administração Direta e Indireta, autorizando a contrair empréstimos até o valor equivalente a 10 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional- OTNs -, prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até o valor equivalente a 15 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional- OTNs -, em operações junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social- FAS destinados a dar suporte aos seguintes programas: Segurança Pública, Saúde, Educação e obras de infra-estrutura.

Mais uma vez, Senhores Deputados, estamos abrindo mão das nossas poucas prerrogativas - e, para este assunto eu tenho chamado bastante a atenção desta tribuna desde o dia que aqui chegamos. Esta também foi uma luta nossa na Câmara de Vereadores de Curitiba quando nós Parlamentares estamos abrindo espaço, estamos abrindo mão das nossas prerrogativas. Depois vai ficar difícil justificar quando se diz por aí que os Deputados ganham demais. Quando nós abrimos mão dessas prerrogativas, estamos

mais uma vez, como já o fizemos há questão de dois meses e pouco atrás, dando-o mais uma vez de mão beijada a Sua Excelência, o Governador, autorizando o Governo a prestar fiança, aval, ou de qualquer outra garantia, prestada por entidades da Administração Indireta do Estado.

Vamos autorizar o Governador a fazer tudo o que quizer até o valor equivalente a 15 milhões de OTNs. Para quê? Para quê, Senhores Deputados? Aqui não diz quais são os projetos. A Mensagem enviada a esta Casa não detalha os projetos em que são aplicados os recursos. A Mensagem fala de Justiça, Segurança Pública, Educação. Tudo bem. Louvável, como já deixei bem claro no início do meu pronunciamento. Mas, isso é muito vago. Esta Casa precisa saber dos projetos; é o seu papel e o seu dever acompanhar e fiscalizar a aplicação do dinheiro público. Não basta apenas nós autorizarmos sem saber para que, onde e como serão utilizados os recursos. Sabemos das boas intenções de Sua Excelência, o Governador, e não estamos aqui colocando dúvidas quanto a sua conduta, ao seu trabalho. Mas nem por isso temos que abrir mão das nossas prerrogativas, e nem preciso me calar, e não vir a esta Tribuna, cobrar melhores esclarecimentos, melhores detalhamentos em relação a esta Mensagem.

Como já disse, não são mencionados quais são os Projetos, e não basta apenas - repito - autorizar por autorizar. Há pouco tempo demos aqui um "cheque em branco" para Sua Excelência, o Governador, para que ele fizesse o que quisesse em termos de aval, de fiança, dentro da Administração Direta. Hoje damos um outro "cheque em branco" para ser utilizado na Administração Indireta. Não estamos aqui - repito - mais uma vez duvidando das boas intenções do Governador. Longe disso, Senhores Deputados. O que queremos é que os Poderes Constituídos sejam respeitados, que o Poder Legislativo não transfira as suas prerrogativas aprovando o que o Executivo precisa para administrar o Estado do Paraná à altura de que o Estado merece, mas precisamos saber na verdade o que aprovamos.

E vai aqui a nossa indagação aos Senhores Deputados do Governo: Quais serão os projetos beneficiados com as autorizações aqui feitas através deste Projeto?

Vossas Excelências sabem quais serão os projetos na área da segurança pública, da saúde, da justiça. Será que Vossas Excelências sabem? Nós da Oposição não sabemos, porque não temos os acessos que Vossas Excelências têm junto aos Secretários, junto até mesmo ao próprio Governador. Ora, talvez os Senhores possam ter conhecimento de alguns projetos, mas vejam, estamos autorizando que o Governador preste

garantia sempre que assim o desejar para qualquer projeto, nestas áreas, até o valor de 15 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional- OTNs. Esta Casa não vai ter conhecimento desses projetos, como não sabe onde serão aplicados. Vejam, por exemplo, Senhores Deputados, o que diz aqui o artigo 3º da Mensagem:

"Fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair junto à Caixa Econômica Federal empréstimos no valor de Cz\$ 589 milhões, 986 mil, 588 cruzados e 93 centavos, destinados a atender responsabilidades financeiras do Estado do Paraná na execução do Programa de Prioridades Sociais- PPS. Ora, Programa de Prioridades Sociais - PPS -, um excelente programa, inclusive quanto a ele nós já temos experiência por nossa luta junto a alguns Vereadores do município de Piraquara, quando conseguimos que uma verba do PPS fosse destinada à implantação da rede de água e esgoto em determinada região daquele Município. Região esta habitada quase que inteiramente por pessoas portadores de Hanseníase. Aliás, foi este o motivo que sensibilizou o Doutor Otto Bracarense, na época então Secretário de Estado do Planejamento. A verba foi destinada há quase dois anos e pasmem, Senhores Deputados, até hoje sequer estas obras foram iniciadas. É isso aí, quem é que sabe quais serão os projetos beneficiados com esse dinheiro todo que estamos liberando, mais de 500 milhões?

Vejam aqui a data da entrada deste Projeto, nesta Casa: dia 25 de agosto, hoje, 22 de setembro, menos de um mês atrás. A matéria é das mais importantes, exigia quem sabe até um cuidado mais especial das Comissões, que poderiam e deveriam ter solicitado ao Executivo os Projetos que serão realizados com estes recursos. Mas, infelizmente, isto não aconteceu. Esquecem que, constitucionalmente, ainda temos deveres, ainda, Senhores Deputados, porque esta atual colcha de retalhos que é a nossa Constituição Federal, ainda é melhor do que este mostrengo que é o último substitutivo geral apresentado pelo relator Bernardo Cabral à Constituinte.

Mas isto é motivo, evidentemente para discutirmos ou para chorarmos em outra ocasião. O que agora conta, agora é esta Mensagem que estamos discutindo hoje em primeira discussão, a sua legalidade, e constitucionalidade.

É mais um cheque em branco que damos a Sua Excelência, repito, não duvidando de como o usará. Mas o fato que não temos detalhes, não temos mais pormenores nesta Mensagem, o que será feito e que tipo de projeto será executado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me

permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, não pretendo entrar no mérito do seu pronunciamento, até porque acho que merece Vossa Excelência uma resposta às suas indagações de uma forma mais abrangente, para que Vossa Excelência, os Partidos de Oposição nesta Casa, tenham o merecimento devido, com o respeito que temos sobre esta Mensagem. Em relação às indagações de Vossa Excelência, devo dizer que as entendo e quero neste aparte pura e simplesmente assumir o compromisso com Vossa Excelência de detalharmos as razões deste empréstimo com documento, para que Vossa Excelência perceba de que na verdade o projeto que estamos votando é apenas autorizatório a um empréstimo em OTN's com o FAS, que após a sua concessão, os programas terão que ser aprovados pelo Senado da República. Os programas específicos, dentro daqueles que a Caixa Econômica financia, são todos eles voltados para o social, até porque a Assembleia Legislativa já havia aprovado em valores e em números, alguns projetos anteriores que ficaram defasados com relação aos seus valores a OTN.

Mas como disse anteriormente, entendo e respeito a preocupação de Vossa Excelência, comprometo-me com Vossa Excelência e demais Parlamentares, de fazermos, dentro do possível de nosso conhecimento uma explanação para que esta Casa tenha consciência de que na verdade com a aprovação destes recursos só estaremos ajudando a política econômica e social do Estado do Paraná, para suprimimento de suas carências, inclusive numa das áreas que Vossa Excelência, tanto cobra, que é a Segurança Pública.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana. Fico agradecido pelo seu aparte e espero que realmente Vossa Excelência venha nos dar detalhes a respeito deste Projeto, não apenas a este Parlamentar, mas principalmente à Bancada de Oposição, que não tem este contato mais direto com Secretarias e até mesmo com Sua Excelência, o Governador do Estado.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço este aparte e acho que a discussão desta mensagem, deve preocupar-nos pelo menos muito mais do que parece. Quando se discute o endividamento tanto interno quanto externo do Estado do Paraná, temos que levar isso a sério, porque foi através deste instrumento, deste endividamento, que conseguimos levar à falência muitos Estados brasileiros. Inclusive temos o Estado do Rio Grande do Sul, um Estado de uma riqueza imensa, de uma pro-

dução muito grande e que hoje está praticamente falido, pelo motivo único e exclusivo de que ele está endividado vinte vezes mais do que o Estado do Paraná.

O endividamento tem que preocupar todos os órgãos públicos e os homens públicos do Estado do Paraná.

Estes 25 milhões de OTNs que se tornarão em Cz\$ 10 bilhões, certamente algo próximo a 5% do Orçamento do Estado do Paraná. Este volume nos preocupa.

É lógico que a justificação, de que a educação, saúde, segurança pública, e deveria constar, reforma agrária, habitação popular e outros tópicos importantes para a população do Paraná, estes certamente também deveriam constar nos investimentos do endividamento do Estado. Mas o que eu estou propondo, e aliás já o formalizei por escrito à Mesa Executiva que conduz esta Sessão de hoje, requerendo a suspensão, por 10 sessões, desse Projeto, para a gente analisar melhor e embasar o nosso voto com base num outro requerimento, um pedido de informações que também foi encaminhado à Mesa, o que certamente será votado hoje, para que tivéssemos, em números, qual é o volume da dívida deste Estado, tanto o endividamento interno quanto o endividamento externo.

A partir daí certamente, teríamos melhores argumentos, votaríamos com uma certeza maior de que este nosso voto não estará contribuindo para que levássemos o nosso Estado a uma situação incorrigível. Caso contrário nós estaríamos contribuindo para que o futuro Governo se inviabilize, como foi hábito em Governos anteriores, em fazer dívidas para os próximos pagarem, pois na verdade será o povo que pagará, com repressões dos recursos públicos, talvez aquilo que sejam as prioridades deste Estado.

Portanto, eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência por discutir essa questão. Esta sim, é a preocupação fundamental deste parlamento a Vossa Excelência tomou a iniciativa de discutir esta Mensagem, este Projeto, e eu gostaria de colocar mais um argumento. Para que se discuta melhor, vamos suspender por 10 sessões este Projeto e buscar do Executivo as informações, necessárias, do grau de endividamento interno e externo deste Estado, porque aí sim, vamos estar com a consciência tranqüila e votar com certeza de que não estaremos contribuindo para a falência do indesejável neste Estado.

Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado Deputado Pedro Tonelli, agradeço também pela sua atenção ao meu pronunciamento. E quero deixar bem claro que este parlamentar e Vossa Excelência não estão contra qualquer

medida, qualquer projeto que o nosso Governador queira aplicar na área de segurança, educação e saúde, porque sabemos que são prioridades de qualquer Governo.

O que queremos, isto sim, é um Projeto mais detalhado, porque veja, Deputado Pedro Tonelli, Deputado Basílio Zanusso e demais Parlamentares, o que estamos vendo aí, e em especial na área da segurança, é que tudo aquilo que foi plantado por Governos passados, os módulos policiais, por exemplo, estão sendo todos eles retirados. Estão retirando todos os módulos policiais. Quer dizer, vão se fazer novos módulos policiais.

Será que este Projeto seria para aplicação neste setor?

Vejam que a imprensa destaca, e seria meu assunto hoje no horário da Liderança do Partido Democrático Trabalhista mas que eu estava na Mesa e não pude fazer uso da palavra, vejam, que hoje se registra um fato impressionante neste Paraná. Estão sobrando salas de aula. É incrível. Estão sobrando escolas, escolas vazias no interior do Estado. Em função de que? Em função de que o lavrador, o pequeno trabalhador, precisa de seus filhos para o trabalho, ou então estão sendo expulsos do campo e vem inchar as grandes cidades, e com isso esvaziando as escolas no interior do Estado. Este Projeto fala também na área da Educação.

Será que é para construir mais escolas também? Na área da Justiça, será que é para construir presídios?

Ontem aqui esteve o Ministro Paulo Brossard, o Ministro do "Chapéu Panamá", vindo aqui ao Paraná dizer tudo aquilo que nós já sabemos, há 20 anos: ociosidade na área dos sistemas penitenciários. Todos nós sabemos que há ociosidade, e que há superpopulação nos presídios. Todos sabemos disso. Não veio nos trazer nenhuma novidade. Agora, o que há de novidade seria se dentro desse projeto estivesse especificado onde se aplicará os recursos para que todos possamos saber onde é que o Governo vai usá-los. Não que fique apenas no conhecimento da bancada do Governo. Nós também precisamos saber, porque também somos peso nesta hora de votação; também estamos pensando nesta hora no prestígio do Governador do Estado, aprovando mensagens como esta, e nós temos direito de saber quais são estes projetos.

Daí porque esta minha posição.

Quanto à sua legalidade, sua constitucionalidade, não há nada a que se opor. Quanto à sua aprovação, nós evidentemente daremos o nosso parecer em segunda discussão.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em

discussão o projeto. Em votação. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 121/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apucarana, com sede e foro no Município de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 122/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Camargo, com sede e foro no Município de Doutor Camargo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 139/87, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - CEFURIA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 39/87 (Mensagem n. 42/87 ex-Proposição n. 50/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 27.08.85 e 28.10.86, de revigoração de Convênio n. 63/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento, da Agricultura e do Interior, com a TELEPAR, o Município de Curitiba e o IPPUC, objetivando a execução do Projeto "Unificação de Bases Cartográficas - UNIBASE". Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 40/87 (Mensagem n. 45/87 ex-Proposição n. 53/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de 28.04.87, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência da Polícia Militar, e o Município de União da Vitória, objetivando a fiscalização do cumprimento das disposições referentes ao Estabelecimento Regulamentado nas vias do Município. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 113/87, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tupãssi, com sede e foro no Município de Tupãssi. Com PARECER FAVORÁVEL da

C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 118/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 163/87, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Jesuítas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 41/87, (Mensagem n. 47/87), ex-Proposição n. 55/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados em 13 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios que especifica objetivando a execução de obras de Controle da Erosão Urbana. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 42/87, (Mensagem n. 49/87, ex-Proposição n. 56/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial do Esporte e os Municípios, e data que especifica, objetivando cessão de equipamentos esportivos, de acordo com o Projeto de Polarização do Esporte, e ainda com o Município de Cornélio Procópio em 09.07.86, objetivando repasse de verba para implantação do "Projeto Futuro". Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 43/87, (Mensagem n. 52/87, ex-Proposição n. 57/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio e seu termo aditivo, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, objetivando a implantação e operacionalização do Projeto que especifica e convênio celebrado entre as mesmas partes, objetivando proporcionar à Secretaria condições para execução do Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região metropolitana de Curitiba. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 44/87, (Mensagem n. 55/87, ex-Proposição

n. 58/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Programa de Produção de Alimentos e Complementação Alimentar. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado da Educação e ao Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de instalações para o laboratório e biblioteca no Colégio Estadual de Vila Alta, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, viabilizando a implantação do Curso de 5.ª a 8.ª séries do 1º Grau, em Escolas do Município de Ortigueira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, encarecendo a reconstrução da ala administrativa do prédio do Colégio Estadual "Duque de Caxias", do Município de Corbélia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, viabilizando a instalação de um laboratório e de uma biblioteca no Colégio Estadual de Vila Alta, no Município de Umuarama. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, pleiteando a ampliação da rede telefônica no Distrito de Ivaté, no Município de Umuarama. **Em votação.**

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Colégio Positivo pela conquista do 3º lugar na categoria de Bandas Marciais e 2º lugar na categoria das Bandas Musicais, no X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao CEFET pelo 3º lugar obtido no X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras, na categoria de Bandas Musicais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Escola Filarmônica do Município de Antonina pelo 1º lugar obtido no X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras na categoria de Bandas Musicais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Colégio Estadual do Paraná pela conquista do 3º lugar no X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras, na categoria de Bandas Musicais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Polícia Militar do Paraná pela conquista do 3º lugar no X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras, na categoria de fanfarras. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Contabilista". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e aos membros da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, encarecendo que seja rejeitado o substitutivo do relator Bernardo Cabral. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Escola Tia Paula pelo 1º lugar obtido no X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras, na categoria infantil de Bandas e Fanfarras. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.



Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a liberação de verba para a contratação de pessoal que trabalhará no Hospital da Zona Norte, pertencente à Universidade Estadual, do Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado encarecendo informações sobre o montante da dívida interna e externa do Estado, como subsídio para a discussão do Projeto de Lei n. 219/87. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Líderes Partidários dos Deputados Federais e do Senado Federal, encarecendo que seja proibido o uso de fumo nos veículos de transportes interestaduais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Contador". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DER, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo a melhoria da sinalização existente na Rodovia que liga a Praia de Leste ao Município de Matinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor da COHAPAR, viabilizando a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, no Município de Paranaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Sapopema, pelo aniversário de emancipação política. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Cambará, pelo aniversário de emancipação política. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Joaquim Távora, pelo aniversário de emancipação política. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Gernote Kirinus e Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando voto de repúdio ao Sr. Secretário do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, pelas suas declarações contrárias à pavimentação da Estrada do Colono. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando informações à Comissão Executiva desta Casa, sobre quais as atividades imorais desenvolvidas pela mesma. - À Comissão Executiva, para apreciar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, encarecendo informações sobre as pensões pagas às "Viúvas marajás do IPE", conforme denúncia do jornal "Folha de Curitiba". Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e irá fazer a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Quatro Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. Está Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, às quinze horas, uma Sessão Solene de Entrega de Título de Cidadã Honorária do Paraná, à Professora Maria das Dores Wouk.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 24, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.º 113, 118 e 163/87.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 219/87 e dos Projetos de Resolução n.º 41 a 44/87.



Marca ainda uma Sessão Extraordinária  
para logo após, com a seguinte

55/86, 57 e 169/87.

ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°  
246/86, 56, 108, 120 e 141/87.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°

Levanta-se a Sessão.